



## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

### ACTA NÚMERO DOIS

Aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e oito, pelas 14 horas e 30 minutos reuniu, na sala três, a Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Calendarização do Plano de Actividades;
2. Apreciação da Audição sobre a situação da DOCAPESCA;
3. Outros assuntos.

15:00 Horas – Audição da AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes do Livro de Presenças.

O Senhor Presidente da Subcomissão, Deputado Miguel Ginestal deu início aos trabalhos cumprimentando todos os Senhores Deputados presentes.

Solicitou a colaboração de todos para se fazer uma reunião rápida mas eficaz, dado que de seguida temos uma audição com a AJAP e ainda reunião da Comissão.

Quanto à calendarização do Plano de Actividades importa resolver os casos urgentes que temos em mão e a primeira é a iniciativa do “Pequeno Almoço Saudável” a levar a cabo em conjunto com a Comissão de Saúde. Iniciativa idêntica já foi realizada no Parlamento Europeu e teve um impacto bastante positivo. É uma iniciativa que conta com a colaboração da AFLOC – Associação de Produtores de Flocos de Cereais, que coordena, em parceria com outras entidades, nomeadamente, as Associações de Produtores de Maça da Beira Alta e a Plataforma de Combate à Obesidade. O que importa analisar é a oportunidade da iniciativa e a sua calendarização.

**SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**

O Senhor Deputado Agostinho Lopes concordou com a iniciativa e chamou a atenção que nas entidades a convidar não aparece nenhuma ligada aos lacticínios.

O Senhor Deputado Jorge Fão sugeriu que se tivesse algum cuidado na elaboração das entidades a convidar de forma a não ferir a susceptibilidades de ninguém que, como sabemos, por vezes não é fácil.

A Subcomissão deu aval à oportunidade da iniciativa do “Pequeno Almoço Saudável”, tendo ficado agendada para os dias 30 e 31 de Janeiro e dia 1 de Fevereiro.

Quanto à visita à fileira das Flores ficou agendada para os dias 10, 11 e 12 de Fevereiro, tendo o Senhor Presidente da Subcomissão sublinhado que o modelo futuro das visitas será apenas de um dia, a delegação sairá no dia anterior para potenciar o dia da visita que, em princípio, será uma 2ª Feira.

Excepcionalmente, como é o caso desta visita, dado que já havia compromissos anteriores, poderemos ocupar a 3ª Feira de manhã, tudo isto, para não prejudicar os trabalhos da comissão, que reúne normalmente à 3ª Feira à tarde.

A propósito das visitas, o Senhor Deputado Agostinho Lopes lembrou que falta concluir a segunda fase da visita às raças autóctones.

No que concerne à DOCAPESCA o Senhor Presidente da Subcomissão fez um pequeno historial desde a apresentação do requerimento do PCP até à aprovação de três requerimentos sobre esta temática, posteriormente o PS e o PSD também apresentaram, sendo que depois disso a Subcomissão esteve “suspensa” pelos motivos que todos conhecemos.

Ficou decidido realizar a audição numa terça ou quarta-feira, o Senhor Presidente da Subcomissão acertará a data com o Senhor Secretário de Estado.

**SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**

Os Senhores Deputados solicitaram que todos os estudos feitos sobre a DOCAPESCA fossem facultados à Subcomissão, de forma a discussão ser o mais profícua possível.

Terminada a primeira parte da reunião teve lugar cerca das 15h a audição com a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, cuja delegação era composta pelo Eng.º Firmino Cordeiro, Dr. João Mira, Sr. José Joaquim Silva Santos, Sr. André Sobral e Sr. Santos Maia.

O Senhor Presidente da Subcomissão começou por saudar a delegação da AJAP, explicou o porquê da demora da realização da audição e reafirmou a disponibilidade da Subcomissão para receber a AJAP sempre que o desejarem.

Sublinhou que a metodologia da audição seria idêntica às anteriores, isto é, a AJAP usaria da palavra, seguindo-se os Grupos Parlamentares que produzirão uma intervenção colocando as questões que acharem pertinentes e encerraria a AJAP.

O representante da AJAP saudou os Senhores Deputados presentes tendo de seguida feito a sua intervenção começando por analisar alguns dados estatísticos, tecendo também algumas considerações como estas estatísticas são elaboradas. Abordaram ainda a temática de implementação de jovens agricultores, a quebra de protocolos com as organizações de agricultores e as dificuldades e atrasos sentidos na execução de projectos do sector.

A delegação da AJAP procedeu a entrega do livro “Que Futuro para os Jovens na Agricultura Portuguesa” e ainda de um documento que se anexa de seguida.

Colocaram questões os senhores deputados Agostinho Lopes, Abel Baptista, Carlos Poço e Jorge Almeida.



**SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**

## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

### ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>1</b>
<b>1 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES – UM “VAZIO” DE MAIS DE DOIS ANOS</b>	<b>2</b>
<b>2 – QUE FUTURO PARA OS JOVENS AGRICULTORES ?</b>	<b>3</b>
<b>3 – POLÍTICAS QUE AGRAVAM O FENÓMENO DA DESERTIFICAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>4 – JOVEM EMPRESÁRIO RURAL, UMA FIGURA ESSENCIAL PARA O MUNDO RURAL</b>	<b>6</b>
<b>5 – RESISTIR À DESERTIFICAÇÃO, EQUILIBRAR O MUNDO RURAL</b>	<b>8</b>

## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

### NOTA INTRODUTÓRIA

#### UM RETRATO DO SECTOR AGRÍCOLA NACIONAL

A importância do sector agrícola e o papel do **agricultor** como **guardião do espaço rural** são aceites consensualmente na sociedade portuguesa. Contudo, há uma longa distância entre o reconhecimento do interesse de desenvolver a agricultura e as medidas efectivamente desenvolvidas.

Na realidade, assistiu-se nos últimos anos à alteração da importância atribuída ao papel do agricultor, que hoje não se restringe apenas à produção de bens alimentares, presta concomitantemente à sociedade em geral uma diversidade de serviços. "De facto, as zonas rurais representam cerca de 80% do território nacional, que detém uma reserva riquíssima de recursos naturais, ambientais e culturais, sendo a população agrícola a principal guardiã desses recursos."

- › Agricultores portugueses são dos mais velhos da Europa
- › Cerca de um terço da população agrícola familiar tem mais de 65 anos e 28% não tem qualquer nível de instrução
- › Duas em cada dez explorações aderiram às medidas agro-ambientais
- › Produtividade da agricultura portuguesa é uma das mais baixas da Europa
- › 35% das explorações recorrem a tractores de outrem
- › 85% dos produtores não efectuam registo contabilístico sistemático da actividade

Fonte: INE, 2005 - Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2005

Na perspectiva da AJAP um dos grandes desafios para o período de programação 2007-2013 consiste em incentivar a entrada de jovens para o espaço rural, para além da prioridade dos Jovens Agricultores, importa apostar no surgimento da figura do Jovem Empresário Rural.

Na realidade ao longo do documento são apresentadas propostas e preocupações, decididamente oportunas, algumas sem dúvida inovadoras e o que importa relembrar, de interesse nacional.

Deste modo, é fundamental desenvolver esforços visando suprimir ou minimizar a fase de incertezas e dificuldades, já demasiado longa, que o sector atravessa.

Urge o surgimento da nova política de instalação de jovens agricultores, após um longo interregno de mais de dois anos, sobretudo atendendo aos preocupantes indicadores constantes em recentes publicações do INE, "Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2005" e Portugal Agrícola (1980-2006).

› "Um dos aspectos mais marcantes dos agricultores portugueses é o seu acentuado envelhecimento, não se tendo verificado a entrada de jovens na actividade agrícola"

› "Índice de envelhecimento do produtor agrícola - relação entre os produtores com 65 e mais anos e com menos de 35 anos aumentou de 4,3 para 21,9 entre 1989 e 2005"

› "Em 2005 apenas cerca de 10% de produtores agrícolas tinham alguma formação agrícola"

Fonte: INE, 2007 - Portugal Agrícola 1980-2006

AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

### 1 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES – UM “VAZIO” DE MAIS DE DOIS ANOS

#### UM SECTOR QUE ESPERA HÁ DOIS ANOS

O sector agrícola nacional confronta-se há mais de dois anos com a ausência de um quadro de apoio que incentive a instalação de jovens agricultores. O “vazio” criado pela suspensão de candidaturas à Instalação de Jovens Agricultores, em 28 de Dezembro de 2005, não pode mais ser perpetuado, há que cessar com o prolongado período de perda de oportunidades para o rejuvenescimento empresarial agrícola.

Atente-se que já em 2005 inúmeros projectos foram recusados por insuficiência orçamental, em 2006 foram inviabilizadas novas candidaturas e 2007 não apresentou alterações a este quadro devido ao atraso na aprovação do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013. Na realidade, para muitos jovens são três anos à espera de uma oportunidade para investir na agricultura. Isto não devia acontecer no País com a agricultura mais envelhecida da Europa. Atente-se às realidades de França e de Espanha, no primeiro caso a instalação continua a ocorrer ao abrigo do anterior quadro comunitário, no segundo caso, o Estado assegura um apoio financeiro da ordem dos 20.000 euros por instalação de Jovem Agricultor.

A AJAP, numa tentativa de recuperar activos para o sector, com capacidade de inovação e competitividade, lançou um desafio que consistiu no surgimento de um regime de excepção destinado aos jovens que completaram 40 anos após 28 de Dezembro de 2005. Até hoje, essa proposta não foi considerada.

Temos ainda casos de jovens agricultores sem resposta aos projectos apresentados em 2005! E muitos outros que esperam para receber as ajudas contratadas face aos investimentos efectuados.

Há que acelerar o surgimento da nova política de apoio à instalação visando a entrada de jovens no sector.

## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

### 2 – QUE FUTURO PARA OS JOVENS AGRICULTORES ?

#### UM PRODER QUE NÃO RESPONDE ÀS NECESSIDADES DO SECTOR

Em Portugal a percentagem de jovens agricultores é de apenas 2,9%, que representa pouco mais de metade da média comunitária 5,3%, registando o número de jovens agricultores uma variação negativa da taxa média anual de 9,5% no período 1989-2003. Evidentemente há que encontrar soluções que contrariem esta tendência.

No entanto, a meta contemplada no PDRc relativamente ao nº de jovens a instalar (4.300 – 4.500) constitui uma **opção pouco ambiciosa**, sobretudo atendendo às necessidades de rejuvenescimento do tecido empresarial, ao fenómeno crescente de desertificação e à elevada taxa de desemprego das zonas rurais, particularmente sentida pelos mais jovens.

Numa perspectiva de resposta às necessidades do sector, a AJAP considera que a meta definida para o número de jovens agricultores a instalar não deveria ser equivalente ao número de instalações atingidas no período 2000-2006, deveria ter sido fixada em valores substancialmente superiores. Importa mais uma vez salientar que o número de instalações do III Quadro Comunitário de Apoio foi limitado pela suspensão de candidaturas à Medida 1, que abrangia o apoio à Instalação de Jovens Agricultores, a 28 de Dezembro de 2005 (Portaria nº 1325/2005).

Surge no PRODER que a totalidade dos Jovens Agricultores (4.400 a 4.500) recorra ao apoio de serviços de aconselhamento ou de gestão, contudo, o apoio previsto para a aquisição deste tipo de serviços, nos moldes definidos, não é atractivo para os Jovens Agricultores e agricultores em geral.



## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

### 3 – POLÍTICAS QUE AGRAVAM O FENÓMENO DA DESERTIFICAÇÃO

#### AS SUCESSIVAS DESISTÊNCIAS DO ESTADO NO MUNDO RURAL

Actualmente assiste-se a um virar de costas para questões fundamentais do mundo rural, consequência de uma estratégia governamental que objectiva unicamente uma minimização imediata de custos, sem perceber as suas verdadeiras implicações. De facto, o desaparecimento de serviços prestados pelas organizações agrícolas nacionais, e do próprio Ministério da Agricultura, através do encerramento das Zonas Agrárias, determinará um isolamento do agricultor, acentuando um fenómeno cada vez mais preocupante, a desertificação humana, que por sua vez amplia perdas incalculáveis de recursos naturais, ambientais e culturais.

Actualmente assiste-se à formulação de políticas que determinam um isolamento do agricultor, um abandono do mundo rural, o agravamento da desertificação e a consequente perda de riqueza nacional.

É incompreensível esta cadeia destrutiva do mundo rural, que agrava ainda mais o fenómeno de desertificação em Portugal, que já ameaça um terço do território e que assumirá proporções ainda mais extensas com o abandono crescente das zonas rurais. Para contrariar esta tendência é necessário formular políticas que visem a fixação da população nas zonas rurais e desenvolver esforços para suprimir ou minimizar a fase de Incertezas e dificuldades que actualmente a agricultura atravessa, uma vez que é a actividade estruturante do Mundo Rural.

No entanto, a nova política de desenvolvimento rural para o período compreendido entre 2007-2013 não responde às necessidades do sector, que por sua vez foi antecedido por uma diminuição drástica de apoios financeiros ao mundo rural (por motivos de insuficiência orçamental). Atente-se que ao fim de três anos sem novas candidaturas às Medidas Agro-Ambientais, surge um precipitado período especial de candidaturas às Medidas Ambientais do novo Quadro Comunitário (2007-2013) sujeitas a confirmação por parte da Comissão Europeia traduzido numa fraca adesão dos agricultores, cerca de 13.000 candidatos.

De salientar, que constituiu uma preocupação da AJAP o novo desenho e enquadramento das novas Medidas Ambientais que objectiva em primeira instância o mercado, conduzindo a um afastamento abrupto relativamente ao objectivo subjacente à sua génese – incentivar os agricultores a adoptarem práticas culturais que minimizem o impacto da actividade agrícola no ambiente.

A AJAP em inúmeras iniciativas alertou para os principais estrangulamentos do novo desenho do Quadro de Medidas Agro-Ambientais, que surge com um reduzido número de medidas, com um nível de exigência superior, condições de acesso mais restritivas e na generalidade das culturas uma redução do montante da ajuda, comparativamente ao RURIS (anterior quadro de apoio).

Após uma ausência de três anos de novas candidaturas às Medidas Agro-Ambientais os resultados alcançados são deveras insatisfatórios.

Importa ultrapassar alguns dos constrangimentos, caso contrário o PRODER não alcançará os objectivos a que se propôs, nomeadamente:

- Reduzir o nível de exigências das medidas "Alteração dos Modos de Produção";
- Cessar com a obrigatoriedade de submeter toda a unidade de produção aos Modos de Produção Integrada e/ou Modo Produção Biológica;
- Flexibilizar a compatibilidade entre as actividades pecuárias e vegetais;

## SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

JOVENS AGRICULTORES, UM FUTURO POR DECIDIR!!!

- Possibilitar a mobilização do solo em algumas culturas onde essa prática se revela a mais adequada em termos agronómicos (ex: vinha);
- Aumentar o valor da ajuda base da PRODI para as culturas de Vinha e Olival;
- Aumentar o 4.º escalão de ajudas dos actuais 20% para 40% da ajuda base;
- Isentar os pequenos agricultores (<40 UDE's) da necessidade de ter contabilidade.

A manter-se o conjunto de condicionalismos o PRODER representará uma perda de oportunidade para a nossa agricultura cuja competitividade é muito baixa sobretudo nas regiões mais deprimidas.



**SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR DE AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu os trabalhos por encerrados cerca das 16h e 30 minutos lavrando-se a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Subcomissão

(Miguel Ginestal)